

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nachi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nachi — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Leão Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 186.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 30 de Outubro de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Erondy Silvério.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldast — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (28); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Emílio Carrazzi — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Quíelse Crisóstomo e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA.**

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 11/74, que aprova Termo Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e ampliação de esforços na implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Organização e Modernização Administrativa. Placeres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e ampliação do esforço para implantação do sistema Estadual de planejamento, organização e modernização administrativa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**P A R E C E R**

**A PROPOSIÇÃO N.º 11/74 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 4/74**

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 4/74 encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e ampliação do esforço para implantação do sistema Estadual de planejamento, organização e modernização administrativa.

2 — Referido Termo Aditivo encontra amparo legal no art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, cabendo a esta Casa referendá-lo na forma do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que ora fazemos com o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**P A R E C E R**

**do PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/74**

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça

O Projeto de Resolução em apreço, oriundo da Comissão de Constituição e Justiça, visa a aprovação de termo aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para o prosseguimento e ampliação do esforço para a implantação do sistema estadual de planejamento, organização e modernização administrativa.

Trata-se de iniciativa do Poder Executivo, através Mensagem n.º 4/74, sendo que não vemos óbices à sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 16 de outubro de 1974.

Quíelse Crisóstomo — Presidente

(As. ilegível) — Relator

**MENSAGEM**

4/74

Curitiba, 25 de janeiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e ampliação do esforço para implantação do sistema Estadual de planejamento, organização e modernização administrativa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

**EMÍLIO GOMES**

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 31, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.  
Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 187.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 30 de Outubro de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Alvaro Dias — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldast — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (28); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Emílio Carrazzi — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Quíelse Crisóstomo — Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTO:**

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o seguinte pedido de informações:

a) Se os estudos da reforma administrativa, objeto de Mensagem do Governo, enviada a esta Casa, foram executados por firma particular;  
b) Em caso afirmativo, informar o custo dos mencionados estudos e qual a firma que os elaborou e se houve concorrência pública.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 1974.

(a) Domício Scaramella

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.  
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percorrendo o Norte do Paraná esta semana, recebi constantes apelos dos proprietários dos postos de gasolina daquela região, dada a nova regulamentação baixada pelo Conselho Nacional da Petrobrás, proibindo com que fosse feito o fornecimento de combustível por Paranaguá. Determinando que de Ortigueira para frente, todo o Norte do Paraná, só poderia fazer a retirada do combustível em Paulina, Est. de S. Paulo, o que vem dificultando o transporte para aquela região, aumentando em muito a quilometragem, dando mais 670 quilômetros. Quando aqui em Paranaguá é mais fácil, e o combustível se torna mais barato.

Não obstante a dificuldade com que vem passando os proprietários de veículos, especialmente, para o transporte de combustíveis. Muitos estão adquirindo seus veículos à prestação, fazendo um trabalho com dificuldade, principalmente para liquidar seus compromissos, vê agora maior dificuldade de não transporte do mesmo, e quando vai buscar combustível naquela cidade já não encontra mercadoria para o retorno.

E mais ainda, o que verificamos, é que foi criado na cidade de Maringá, um entreposto que traz o combustível, que faz o transporte do combustível, não dando condições para que outros veículos façam este mesmo trabalho, e aí, quem paga é o consumidor, que vê com dificuldade que em Paranaguá há sobra do combustível, que está, por assim dizer, impossibilitado de ser retirado, dada a nova regulamentação baixada pelo Conselho Nacional da Petrobrás.

Estou encaminhando um Requerimento, Sr. Presidente, solicitando que seja normalizado o transporte, através do Porto de Paranaguá.

O Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer o encaminhamento de apelo ao Senhor Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que seja liberada a entrega, no Porto de Paranaguá, do combustível destinado aos postos de gasolina do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

**JUSTIFICATIVA:**

A determinação de abastecer o Norte do Paraná por Paulínia Estado de São Paulo, vem dificultando a aquisição do produto, dada a distância superior a Paranaguá, falta de frete no retorno dos caminhões de transporte e preço elevado. Com a credenciação de intermediário ou representante em Maringá, está gerando desemprego e dificultando aos proprietários de caminhões apropriados para o transporte, dando privilégio ao intermediário em prejuízo de grande número de profissionais.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna apenas para solicitar do Presidente desta Casa, uma resposta à consulta que vou encaminhar à Mesa. Esta Casa aprovou na data de 15 de outubro de 1974 o seguinte Requerimento: (Lê)

(O Requerimento lido não foi encaminhado à Divisão do Serviço de Taquígrafia).

O Sr. Governador, ao que me parece, ultimamente anda irritadíssimo especialmente com o Deputado que ocupa a Tribuna. Irritou-se com o teor do Requerimento e enviou o seguinte despacho:

"Tendo em vista o contido no Ofício 2.622-74, dessa Presidência, venho respeitosamente à presença de V. Exa. a fim de esclarecer que usando da faculdade que me é conferida pelo preceito contido no Art. 25, § 3.º, da Constituição Estadual, e em face de relevantes interesses públicos, é que invoquei o prazo constitucional para apreciação, por essa augusta Casa de Leis, das matérias consubstanciadas nos Planos de Lei encaminhados através das Mensagens 64/74 — 65/74, datadas de 27-9-74 e 1-10-74, respectivamente. Assim sendo, e considerando a indiscutível clareza e eficácia do dispositivo constitucional citado e a inexistência de qualquer norma ou fato legalmente respaldado que possa obstar o normal andamento da matéria, restituo a V. Exa. o referido Ofício n.º 2.622/74, e os processos nele apensados, solicitando providências no sentido de que os Planos de Lei propostos continuem sendo examinados por essa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos das aludidas Mensagens 64 e 65/74, inclusive quanto ao prazo constitucional, nelas invocado. Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

As.) Emilio Gomes"

Sem me ater, Sr. Presidente, porque vou deixar para oportunidade futura, às considerações do Sr. Governador, eu consultaria à Casa se o prazo dos 45 dias conta a partir do protocolado no retorno da Mensagem a esta Casa, ou do protocolo da entrada da Mensagem na Casa. No meu entendimento, o prazo interrompeu-se com a aprovação unânime do Plenário, porque o Plenário é soberano, do Requerimento de minha autoria.

Gostaria de saber o entendimento da augusta Presidência.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a Questão de Ordem formulada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, devo dizer que, infelizmente, não encontra amparo regimental. Em consequência, esta Presidência considera o prazo constitucional aquele do primeiro ingresso nesta Casa do citado Projeto de Lei.

O SR. ERONDY SILVERIO — Data vênha o respeito que me merece V. Exa., não quero, nem de longe, discutir uma decisão da Mesa, ainda mais quando ela é proferida por V. Exa. a quem a Casa aprendeu a respeitar nestes quatro anos, nós lamentamos, e todo o povo do Paraná deve lamentar que V. Exa., por injunções da política da Aliança Renovadora Nacional, abandona a vida pública, abrindo uma lacuna difícil de ser preenchida na representação do Partido político que dá apoio ao Governo da Revolução.

Então, uma decisão de V. Exa., para mim, a recebo com o mais absoluto respeito. Todavia, as decisões da Casa passam a constituir, digamos, um artigo a mais no Regimento Interno da Casa uma vez que a Casa decidiu, por unanimidade, não houve contestação na oportunidade, nosso Requerimento. Se o Requerimento teve aprovação unânime do Plenário, o prazo constitucional de 45 dias interrompeu-se a partir daquele momento. Porquanto a Mensagem foi devolvida ao Palácio, onde esteve para exame. Então, neste prazo que a Mensagem foi e voltou, é justo, claro, que não se deve ater ao prazo que é estipulado no artigo 25 da Constituição Estadual.

É este o apelo que faço a V. Exa. Vou formular depois, por escrito, esta Questão de Ordem, para que V. Exa. possa encaminhá-la à Assessoria da Mesa, para, com maior tranquilidade, proferir uma decisão que sei desde já, é favorável ao nosso ponto de vista.

Interrompeu-se o prazo constitucional quando o Plenário aprovou o nosso Requerimento autorizando a Casa a devolver, ao Sr. Governador, um apelo que poderia, ou não, ser atendido. Isso é problema de foro íntimo do Sr. Governador, não podemos penetrar no âmago de S. Exa. Ele deve ter razões especiais para não atender um apelo tão justo, que nenhum entrave traria à tramitação da matéria na Casa. Todavia, por uma questão de foro íntimo, o Sr. Governador houve por bem não a colher a sugestão, não mais do Deputado subscritor, mas da Assembléia Legislativa. Porque, a proposição foi aprovada por unanimidade e passou a ser uma proposição da Casa. Mas, a nosso ver, interrompeu-se, com esse ato da ida e vinda da Mensagem, interrompeu-se o prazo constitucional.

Vou encaminhar a V. Exa. a consulta por escrito.

Ainda abusando da paciência de V. Exa. e de todos os demais Srs. Deputados, queria, novamente, renovar, aqui, ao Sr. Governador o nosso apelo, o apelo da Assembléia Legislativa, porque a Assembléia, por unanimidade, aprovou idêntico Requerimento nosso, fazendo um apelo para que o Governador do Estado envie de uma vez por todas o Estatuto do Magistério à Assembléia Legislativa. Não nos convenceu, repito, a alegação do Sr. Secretário de Educação, que ocupando na Televisão o horário gratuito concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, disse que a matéria estava sob a supervisão da área financeira do Governo. A afirmação não convence a ninguém, porque 11 meses são mais do que suficientes para que a Secretaria da Fazenda, com sua brilhante equipe de assessores, exare parecer se as finanças do Estado estão ou não em condições de conceder benefícios que advirão da implantação do novo Estatuto do Magistério. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA.**

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme arrolado distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/73, de autoria do Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de implantação de revestimento, conserv. e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/74, de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio, na cidade de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores "Professora Eunice Maria Boni", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguá. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 21/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) Igo Losso

**JUSTIFICATIVA:**

A apresentação do presente título, dispensaria, por si só, qualquer justificativa, tendo em vista a expressividade que o nome representa.

No entanto, valendo-nos das disposições regimentais, queremos assinalar que dentre tantos serviços prestados ao Brasil como insigne mestre do Direito, Magistrado, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal do Trabalho, está o seu irrestrito apoio ao equacionamento de uma majestosa obra em favor do perfeito e justo relacionamento trabalhista do povo paranaense, ao enviar ao Ministro da Justiça de então, proposta aprovada por aquele órgão, visando a instalação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado, velha aspiração daqueles que querem o desenvolvimento sempre crescente da Nação brasileira.

Este movimento que teve o pioneirismo de outro nome de grande vulto nos meios culturais de nosso Estado, na pessoa do também eminente mestre do Direito, Professor Milton Vianna, da tradicional Faculdade de Direito de Curitiba, chega agora, a sua hora decisiva com a dependência tão somente, do envio da mensagem pelo Executivo ao Legislativo, para que então a medida esteja definitivamente concretizada.

Podemos dizer sem sombra de dúvidas agora, que a antiga semente lançada há tantos anos, pelo digno mestre e vibrante advogado Milton Vianna, num raso de fé e esperança no desenvolvimento, começa a se configurar como uma inequívoca realidade.

Queremos destacar nesta justificativa a perfeita união das classes trabalhistas e do empresariado em geral, dos meios jurídicos, que unidos aos poderes públicos desde o nosso atuante Governador Emilio Gomes, Secretários de Estado, representantes paranaenses no Senado, Câmara e Assembléia Legislativa vislumbram com alegria e satisfação, a consecução daquele ideal, como resultado dos constantes esforços desenvolvidos.

Todo este volume de atividade e apelos, encontraram sempre o eco perfeito, na sensibilidade do nosso homenageado, que vigorosamente abraçou a grande causa.

Desta forma, justa por todos os títulos é a homenagem que visamos prestar, àquele que sempre foi um grande baluarte da Justiça do Trabalho, no Brasil e no mundo, e que voltou os seus olhos e atenção à realidade paranaense.

És as razões pelas quais esperamos seja esta honraria, unanimemente aprovada pela Casa.

Posteriormente anexaremos o curriculum vitae.

**MOZART VICTOR RUSSOMANO**

Nascido em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, aos 5 de julho de 1922. Filho de Victor Russomano e Eida Costa Russomano. É casado com a professora Gilda Maciel Corrêa Meyer Rusomano, catedrática de Direito Internacional e Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, de cujo consórcio tem quatro filhos.

**Carreira de magistrado:**

Diplomado, em 1944, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi nomeado, poucos meses depois, em outubro de 1945, Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, que lhe coube instalar.

Promovido, por merecimento, para a primeira vaga preenchida por esse critério para o Tribunal Regional do Trabalho da 4.a Região (Porto Alegre), foi, posteriormente, nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, tomando posse em junho de 1969.

Logo após, foi eleito Presidente da 1.a Turma; em 1971, Vice-Presidente do Tribunal; em 1972, Presidente, para exercer o mandato no biênio 1973/1974

No plano internacional, foi eleito, por unanimidade, Juiz do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos (Washington, USA) e, também, por unanimidade, seu primeiro Presidente, cargo que exerce presentemente, com mandato até 31 de dezembro de 1974, havendo sido reeleito por novo período de Presidência. É o único brasileiro que até hoje chegou à Presidência de um Tribunal Internacional.

#### Carreira de professor:

Aos 24 anos de idade foi professor de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Assumiu a cátedra de Direito do Trabalho (que ainda hoje ocupa) da mesma Faculdade, através de concurso em que obteve grau dez (10) com todos examinadores, em todas as provas, fato muito raro na vida universitária nacional.

É atualmente, Professor Visitante da Universidade de Brasília. Ex-Professor Contratado da Universidade Central da Venezuela. Professor "honoris causa" da Universidade de San Marcos, de Lima (Peru) e da Faculdade de Direito de Curitiba (Paraná). Presidente do Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social (com sede na Argentina) do qual foi Secretário Geral desde sua fundação, tendo sido reeleito em 1973 por proposta dos professores argentinos e à unanimidade dos juristas da América Latina dedicados ao Direito Internacional.

Conferências, cursos e "mesas redondas" ou seminários realizados em numerosas Universidades brasileiras e no exterior (Itália, Espanha, Portugal, Estados Unidos, México, Venezuela, Peru, Chile, Argentina, Uruguai, etc.).

Relator Geral do I, do II e do III Congresso Ibero-Americano de Direito do Trabalho, para os temas de Direito Processual do Trabalho, realizados, respectivamente, em Madri, Lima e Sevilha (1965, 1967 e 1970).

Presidente do IV Congresso Ibero-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, realizado em São Paulo, em 1972.

Relator do Brasil em numerosos congressos e seminários, tais como: Genebra, 1957; Bruxelas, 1958; Lyon, 1963; Chile, 1961; Uruguai, 1954, 1957, 1959, 1960; Lima, 1967; etc.

#### Outras atividades culturais:

Autor do anteprojeto de Código de Processo do Trabalho e de Lei Orgânica da Justiça do Trabalho (ambos em poder do Ministério da Justiça, presentemente).

Várias vezes condecorado pelo Governo Brasileiro e por governos estrangeiros, inclusive por numerosas associações científicas européias e americanas.

Autor da bibliografia mais vasta em matéria trabalhista elaborada por um único autor no mundo atual: 40 volumes, que, com as sucessivas reedições, chegam a cerca de 100 volumes.

Membro do Instituto de Coimbra (Portugal), da Sociedade Internacional de Direito do Trabalho (Genebra), da Sociedade de Geografia de Lisboa (Portugal) e de numerosas entidades científicas européias e americanas. Inclusive membro da Academia Brasileira de Letras.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO

#### PROJETO DE LEI N.º 21/74

Com assinatura do ilustre Deputado Igo Iwant Losso, vem a esta Comissão, para fins de parecer, o presente Projeto de Lei que visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

A iniciativa é das mais justas e merecidas, porque, com efeito, o Professor Mozart Victor Russomano além de ser uma das figuras mais expressivas no estudo do Direito do Trabalho, autor das mais festejadas obras neste setor do Direito Público, tem, como Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, atuado de maneira decisiva para a instalação em nossa Capital do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, sonhada sagração de nosso povo.

Nestas condições, e porque exerce o senhor Deputado, autor da matéria, um direito que lhe confere a Constituição, sou inteiramente favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Quietse Crisóstomo — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/74, de autoria do Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

### PROJETO DE LEI N.º 54/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Otávio Moreira da Silva.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1974.

(a) Arthur de Souza

#### JUSTIFICAÇÃO:

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a concessão da pensão mensal a Otávio Moreira da Silva, desta forma objetivamos amparar a situação em que se encontra e sem condições de prover a sua própria subsistência.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos ilustres pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e consequentemente a sua aprovação.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO

#### PROJETO DE LEI N.º 54/74

Autor: Deputado Arthur de Souza.

De autoria do ilustre Deputado Arthur de Souza, visa o Projeto de Lei ora em exame, conceder uma pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Como se trata de mera autorização legislativa, entendo que a matéria poderá ser aprovada pela Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Antônio Costa — Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI N.º 54/74

#### PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Arthur de Souza, é autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Otávio Moreira da Silva.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação do Projeto.

No que tange o aspecto financeiro motivo de exame por parte desta Comissão, nada há que obste o acolhimento da medida pleiteada.

Assim sendo, opino pela APROVAÇÃO da Propositura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1974.

Quietse Crisóstomo — Presidente.

Igo Losso — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que seja liberada a entrega, no Porto de Paranaguá, do combustível destinado aos postos de gasolina do Norte do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações referente a reforma administrativa. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quinta-feira, às 10.00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.